

FATORES PSICOSSOCIAIS PROTETIVOS E DE RISCO RELACIONADOS AO TRABALHO DOCENTE DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM NAMPULA, MOÇAMBIQUE

*Gildo Aliante**

*Jussara Maria Rosa Mendes***

*Continho Maurício José****

RESUMO: A docência figura na lista das profissões nobres e de extrema importância social, pois é responsável pela formação acadêmica de pessoas e outros profissionais. No entanto, a ação de ensinar é, igualmente, considerada na atualidade, como uma atividade extremamente estressante. Neste estudo exploratório e qualitativo, objetivou-se explorar os fatores psicossociais protetivos e de risco relacionados ao trabalho docente da educação geral da rede pública em Nampula, Moçambique. Aplicou-se um roteiro de entrevista semiestruturada a 22 profissionais de educação e oito de saúde mental e ocupacional de ambos os sexos, totalizando 30 participantes. As informações tratadas através de análise temática revelaram que os fatores psicossociais protetivos mais indicados são: aprendizagem mútua, ter remuneração e reconhecimento social. Pelo contrário, baixos salários, endividamento, condições de trabalho insuficientes ou inadequadas, precárias condições sociais e de vida das comunidades, limitadas oportunidades de desenvolvimento na carreira, desvalorização da classe docente, alto custo de vida, irregularidade de datas de pagamento de salários, dificuldades de conciliar trabalho-família, falta de apoio familiar, isolamento social, pouco incremento salarial, fraca aprendizagem dos alunos foram apontados como principais fatores de risco psicossocial associados ao trabalho docente. Desse modo, é pertinente de um lado melhorar os aspectos negativos mencionados e, por outro, investigar suas repercussões na saúde mental docente.

PALAVRAS-CHAVE: Docência; Fatores psicossociais; Saúde mental; Ensino público.

PSYCHOSOCIAL PROTECTIVE AND RISK FACTORS RELATED TO BASIC EDUCATION TEACHING WORK IN NAMPULA, MOZAMBIQUE

ABSTRACT: Teaching is on the list of noble professions of extreme social importance, as it is responsible for the academic training of people and other professionals. However, teaching is also currently considered an extremely stressful activity. This exploratory and qualitative study aimed to explore the protective and risk psychosocial factors related to teaching work in general education in public schools in Nampula, Mozambique. A semi-structured interview guide was applied to 22 education professionals and eight mental and occupational health professionals of both sexes, totaling 30 participants. The information processed through thematic analysis revealed that the most recommended protective psychosocial factors are mutual learning, having remuneration and social recognition. On the contrary, low wages, debt, insufficient or inadequate working conditions, precarious social and living conditions in communities, limited career development opportunities, devaluation of the teaching class, high cost of living, irregular salary payment dates, difficulties in reconciling work-family, absence family support, social isolation, little salary increase, poor student learning were identified as the main psychosocial risk factors associated with teaching work. Therefore, it is pertinent, on the one hand, to improve the negative aspects mentioned and, on the other, to investigate their repercussions on teachers' mental health.

KEYWORDS: Teaching; Psychosocial factors; Mental health; Public education.

* Doutor em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Universidade Save/Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: aliantegildo@yahoo.com.br ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6283-9544>

** Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: jussaramaria.mendes@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3908-4964>

*** Graduado em Psicologia Social e das Organizações pela Universidade Rovuma – Moçambique. Centro de Saúde Anexo do Hospital Psiquiátrico de Nampula. E-mail: josenlepa@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2396-334X>

INTRODUÇÃO

A educação é apelidada como um tesouro a descobrir no Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI (DELORS *et al.*, 1998). Na ótica destes autores, no alvorecer do século XXI, a atividade educativa e formativa, em todos os seus componentes, tornou-se um dos motores principais do desenvolvimento. Neste sentido, “a educação contribui para o progresso científico e tecnológico, assim como para o avanço geral dos conhecimentos, que constituem fatores decisivos do crescimento econômico” (DELORS *et al.*, 1998, p.72). Desse modo, em muitos países, a educação é um direito social e humano e ao mesmo tempo, dever do Estado. Neste âmbito, estes países elaboram políticas públicas educativas que visam garantir o acesso universal da educação aos seus cidadãos e a melhoria da qualidade dos serviços de educação. No entanto, em certos países, como por exemplo em Moçambique, a implementação das políticas públicas educativas tem sido efetivada em contextos de limitado investimento público e de contenção de despesas públicas (MINEDH, 2020), o que de certo modo, tem efeitos negativos diretos na provisão de condições do processo de ensino-aprendizagem e do trabalho docente em quantidade e qualidade desejada, assim como na remuneração docente (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009).

Portanto, pode se afirmar que em Moçambique, as condições concretas do processo de ensino-aprendizagem e, mais especificamente, a adequabilidade dos espaços escolares e a oferta de materiais e equipamentos necessários para a realização da atividade de ensino e docente ainda permanecem um desafio em muitas escolas de educação básica da rede pública e até mesmo em instituições de ensino superior (ABACAR, ALIANTE; NAHIA, 2020; BEIRA; VARGAS; GONÇALOS, 2015; CASTIANO; NGOENHA, 2013; CHICAVA; MACHAMA, 2020; DUARTE, 2018; FRANCISCO, 2022; MÁRIO; MANJONE; SANTOS, 2020; MINEDH, 2017, 2020; NIVAGARA, 2013; ZUCULA, 2021).

Entre os trabalhadores do setor da educação, o docente é um dos profissionais imprescindíveis na operacionalização das políticas públicas educativas e o sucesso da sua implementação (COSTA; RODRIGUES, 2020). Desse modo, a docência é reconhecida como um trabalho nobre e de grande valor social. Porém, em Moçambique, estes profissionais se queixam de falta de valorização social e salarial (ABACAR; ALIANTE; NAHIA, 2020; ALIANTE; ABACAR, 2019; NIVAGARA, 2013; SILVA; BARABOSA; NETO, 2023), bem como são sujeitos a trabalharem em ambientes com precárias condições de trabalho, como evidenciado no parágrafo anterior. Tais condições podem ser avaliadas como estressantes e causarem prejuízos à saúde física e mental do docente.

Aliás, há que lembrar que, a docência já figura desde 1987, na lista das profissões extremamente estressantes de acordo com a Organização Internacional do Trabalho. E, atualmente, a profissão é considerada como de alto risco ocupacional e vulnerável ao sofrimento e adoecimento físico e mental, como evidenciam muitas pesquisas sobre o assunto (exemplo: DIEHL; MARIN, 2016; KANAN; DRESCH, 2022; LOPES, 2023; PUGAS; SANTOS, 2022; TREVISAN *et al.*, 2022).

Segundo Areosa (2011, p.300), “existem diversas definições da noção de riscos no trabalho”. No entanto, este autor alude que sua definição deve ser feita de forma mais abrangente possível. Nesta senda, “sua conceitualização deve considerar tanto os riscos laborais mais simples (desconforto ou incomodidade ligeira), como os riscos mais graves, que dão origem a incapacidades permanentes ou à própria morte dos trabalhadores” (AREOSA, 2011, p.302). De um modo geral, os riscos ocupacionais classificam-se em: físicos, de acidentes, ergonômicos, biológicos, químicos e psicossociais (AREOSA, 2011; SILVA; LIMA; MARZIALE, 2012). Destes tipos de riscos ocupacionais mencionados, importa destacar os riscos psicossociais, que designamos por fatores psicossociais relacionados ao trabalho.

Na ótica de Carlotto *et al.* (2018) há diferença entre riscos psicossociais relacionados ao trabalho e riscos psicossociais ocupacionais. Assim, os riscos psicossociais relacionados ao trabalho não necessariamente emergem do ambiente ocupacional, mas de outros ambientes sociais pelos quais o trabalhador transita, e o processo de gerenciamento de riscos provenientes destas fontes é mais delicado e intangível para a organização. Já, os riscos psicossociais ocupacionais são parte da agenda de gestão de riscos ocupacionais da organização e têm origem no ambiente do trabalho.

Com base nesse conhecimento, neste trabalho usou-se o termo de fatores psicossociais relacionados ao trabalho, pela percepção de que, para a compreensão do processo de saúde – doença e trabalho é fundamental ter em conta aos aspectos organizacionais, econômicos, sociais e políticos do país ou local da realização das atividades laborais, pois o conjunto desses fatores tem grande influência no modo de vida e na saúde dos trabalhadores (MINISTÉRIO DE SAÚDE DO BRASIL, 2014; BORGES, 2020; VENTURI, 2018). Em termos conceituais, pode assumir-se que os riscos psicossociais no trabalho dizem respeito à:

dimensão psicológica do trabalhador (sentimentos, pensamentos, atitudes e comportamentos) e à interação social em contexto laboral, envolvendo os efeitos que as condições de trabalho podem ter na preservação do equilíbrio e qualidade destas componentes, bem como as repercussões que estas duas dimensões podem ter na manutenção da segurança e bem-estar de todos os trabalhadores e da operacionalidade de equipamentos e demais materiais de trabalho (NETO, 2015, p.19).

Ou seja, estes consistem em interações entre o trabalho, seu meio ambiente, a satisfação no trabalho e as condições de sua organização, assim como nas capacidades do trabalhador, nas suas necessidades, cultura e satisfação pessoal fora do trabalho. E que por meio das percepções e experiências dos trabalhadores, essas interações podem influenciar a saúde, o rendimento e a satisfação no trabalho (INTERNATIONAL LABOR ORGANIZATION, 2016). De acordo com Borges *et al.* (2018), por fatores psicossociais do trabalho entendem-se, ainda, as características relacionadas com as condições de trabalho que afetam a saúde dos trabalhadores, através de processos psicológicos e fisiológicos. Estes resultam da interação entre os indivíduos e as condições de vida e trabalho.

No campo educacional, consideram-se as condições psicossociais do trabalho docente como “aquelas relacionadas com a forma em que se organiza o processo de trabalho escolar, assim como as relações laborais e de poder que se estabelecem nas instituições educativas, entendidas como locais de

trabalho” (CHÁVEZ; GARRIDO, 2010, p.1). Leka e Cox (2008) agrupam os fatores psicossociais relacionados ao trabalho em duas categorias, a saber: contexto do trabalho e conteúdo do trabalho. Por sua vez, Zanelli e Kanan (2019) categorizam os fatores psicossociais relacionados ao trabalho em fatores inerentes ao indivíduo (trabalhador), fatores internos ao trabalho e fatores externos ao trabalho. Neste trabalho, o foco deu-se aos fatores internos e externos ao trabalho, pelo reconhecimento de que os aspectos geradores de sofrimento e adoecimento docente estão mais relacionados ao trabalho e seu ambiente institucional e social que nas características pessoais do profissional.

A análise dos fatores internos ao trabalho reúne as condições do ambiente do trabalho, das tarefas, do grupo do trabalho e da própria organização, bem como outros plausíveis aspectos. E a análise dos fatores externos ao trabalho envolve diversos elementos, tais como: a situação econômica familiar, relacionamento conjugal e familiar, a qualidade de assistência à saúde, o acesso à educação e à recreação, rede de apoio social, a participação em grupos comunitários, a situação econômica e política da comunidade, da localidade, do país e do mundo (ZANELLI; KANAN, 2019).

Os fatores psicossociais relacionados ao trabalho podem ser classificados em favoráveis, isto é, protetivos e desfavoráveis, ou seja, de risco à saúde do trabalhador, dependendo da situação (ILO, 2016, ZANELLI; KANAN, 2019). De acordo com Pimentel (2022) e Zanelli e Kanan (2019), os fatores psicossociais protetivos relativos ao trabalho estão associados à ideia de apoio, ajuda ou fortalecimento. Referem-se às situações, eventos, contextos ou recursos que atuam na diminuição ou supressão das possibilidades de ocorrência de resultados indesejados e de uma evolução bem-sucedida e adaptada. E isso ocorre quando o trabalho e os fatores humanos estão harmonizados, aumentando, deste modo, a autoconfiança, a motivação, a satisfação e a capacidade de trabalho (MARTINEZ; FISCHER, 2019).

Enquanto os fatores psicossociais de risco relacionados ao trabalho dizem respeito às condições, circunstâncias ou acontecimentos que afetam os trabalhadores, os grupos, a própria organização e o contexto societário, em curto ou longo prazo, com menor ou maior severidade, de modo a potencializar a probabilidade de danos à saúde e segurança do trabalhador (FARNACIO *et al.*, 2017; MARTINEZ; FISCHER, 2019; ZANELLI; KANAN, 2019).

Em relação aos fatores psicossociais de risco, ou seja, aqueles que levam ao sofrimento e adoecimento físico e mental de docentes, estudos de revisão de literatura desenvolvidos sobre o assunto em diferentes países, identificaram de modo convergente os seguintes: baixos salários, sobrecarga de trabalho - cargas horárias excessivas, violência no cotidiano escolar, condições de trabalho desfavoráveis, sentimento de desvalorização perante a sociedade, tensão nas relações aluno/professor, inexpressiva participação no planejamento da instituição e nas políticas institucionais, falta de apoio dos pais e da direção da escola e pressão por metas de produtividade (ALIANTE; ABACAR, 2018; DIEHL; MARIN, 2016; LOPES, 2022; LUZ *et al.*, 2019; SILVEIRA *et al.*, 2014; TREVISAN *et al.*, 2022).

Estes resultados possibilitam considerar que independentemente do nível de ensino do docente e do país, muitos destes profissionais enfrentam estressores ocupacionais similares, reflexo das contínuas

mudanças sociais, políticas e econômicas, bem como das reformas educacionais e da implementação de novos modelos de ensino (LOPES, 2021). E, como se observa, a escola como espaço de trabalho, é um local onde proliferam diversos fatores psicossociais de risco. Neste sentido, é fundamental envolver os docentes na avaliação desses fatores, pois eles melhor conhecem a realidade do seu trabalho. Esse diagnóstico é decisivo para elaborar estratégias de prevenção dentro das organizações escolares, assim como a sua melhoria.

Há que considerar, também, que existem avanços significativos no que diz respeito às pesquisas sobre os fatores psicossociais de risco relacionados ao trabalho docente a nível internacional e nacional. Porém, raras são as investigações que buscam explorar e compreender os fatores psicossociais protetivos. A realização desta investigação reside, igualmente, no entendimento de que a exposição persistente dos fatores psicossociais de risco gera prejuízos à saúde do docente, podendo levar ao desenvolvimento da síndrome de burnout, depressão, estresse ocupacional e demais transtornos mentais, que são responsáveis pela incapacidade e adoecimento mental e, afastamento no trabalho desses profissionais.

Desse modo, este estudo se reveste de grande utilidade científica e social ao fornecer indicadores dos fatores psicossociais adversos e protetivos à saúde mental do docente, pois no entender de Trevisan *et al.* (2022), é a partir do conhecimento dos possíveis fatores de risco à saúde e dos aspectos associados ao adoecimento que se torna possível intervir de maneira mais eficaz sobre o fenômeno. Neste contexto, os achados desta pesquisa podem servir como uma referência útil para o governo moçambicano e as instituições educacionais, no intuito de melhorar as condições psicossociais de risco e aperfeiçoar os protetivos, no sentido de contribuir para a promoção de saúde no trabalho docente. Face aos aspectos apresentados, este estudo teve o objetivo de explorar os fatores psicossociais protetivos e de risco relacionados ao trabalho de docentes da educação geral da rede pública em Nampula, região norte de Moçambique, África.

MÉTODOS

Esta pesquisa exploratória e qualitativa, foi desenvolvida na província de Nampula situada na região norte de Moçambique. A investigação foi ancorada pela abordagem teórico-metodológica de Saúde do Trabalhador. De acordo com Gil (2008, p.27), “as pesquisas exploratórias são desenvolvidas com objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis”. E a pesquisa qualitativa é usada quando se busca compreender os significados atribuídos pelos indivíduos aos fenômenos sociais (FLICK, 2009; MINAYO, 2014; YIN, 2016).

A opção por estes tipos de pesquisa deveu-se, por um lado, pelo fato de um modo geral a saúde mental no trabalho, sobretudo os fatores psicossociais relacionados ao trabalho docente ser ainda um assunto pouco explorado em Moçambique. E, por outro, a pesquisa qualitativa possibilitar a compreensão

dos significados que os participantes atribuem a um fenômeno investigado. Além do mais, parte do pressuposto de que é necessário saber dos próprios trabalhadores, neste caso de docentes, sobre os aspectos favoráveis e desfavoráveis do seu trabalho, pois, estes é que melhor conhecem a realidade das atividades que executam.

A presente investigação envolveu de forma intencional 30 participantes, dos quais 22 eram do setor da educação (exemplo: docentes em exercício e afastados do trabalho por doença, técnicos de recursos humanos, gestores escolares e membros do secretariado distrital do sindicato docente) e, oito do setor de saúde, ligados à área de saúde mental e ocupacional e psiquiatria. A inclusão dos profissionais da educação foi com base nos seguintes critérios: ter pelo menos dois anos de tempo de serviço e trabalhar ou ter trabalhado em uma escola pública do ensino geral em Nampula. E os da área de saúde obedecerem-se aos seguintes critérios: ter pelo menos dois anos de tempo de serviço, atender pacientes com idades iguais ou superiores a 18 anos e estar ligado à área de saúde mental, ocupacional e psiquiatria.

A coleta de dados fez-se por meio de um roteiro de entrevista semiestruturada. A elaboração deste roteiro teve três fases. A primeira consistiu na elaboração das questões com base na revisão de literatura e experiência dos autores. Já na segunda fase, o roteiro foi submetido a uma revisão de dois docentes, sendo: um pesquisador formado em língua portuguesa e doutorado em educação e outro com nível médio, que sugeriram melhorias incorporadas na versão final do roteiro aplicado.

Na terceira fase, aplicou-se o roteiro a 10 docentes moçambicanos de diferentes locais da província de Nampula, dos quais cinco do sexo masculino e igual número do sexo feminino. No ato de aplicação do roteiro da entrevista, os participantes foram solicitados para que fizessem comentários sobre a percepção das questões e sugerissem melhorias conforme nos objetivos enunciados na nota explicativa, que também deram suas contribuições. Nesta fase, também, contou-se com a contribuição de um docente com nível acadêmico de doutor que lecionava a disciplina de métodos qualitativos em universidade federal brasileira localizada na região sul do país. A contribuição deste docente foi dada no âmbito da participação do primeiro autor deste artigo na disciplina de métodos qualitativos por ele lecionada.

A administração das entrevistas foi no período de outubro de 2021 a maio de 2022. Algumas entrevistas com profissionais de educação e do da saúde ocupacional foram feitas fora do local do trabalho com base na disponibilidade dos entrevistados. Ao passo que, todos os profissionais de saúde mental e psiquiatria foram entrevistados no local de trabalho. Todas as entrevistas foram gravadas com o recurso a um celular de marca Samsung *Galaxy J5 Prime* da Claro, que posteriormente transferiram-se para um *laptop* Lenovo.

A realização das entrevistas antecedeu-se pela aprovação do protocolo pelo Comitê Nacional de Bioética para Saúde (CNBS). A submissão do protocolo a esta instituição teve anuência da Direção Provincial de Educação (DPE), Direção Provincial de Saúde (DPS), Direção do Hospital Psiquiátrico (DHP), ambas da província de Nampula. Neste âmbito, inicialmente, no dia 8 de janeiro de 2021,

submeteu-se uma carta à DPE que foi respondida favoravelmente no dia 12 de março do mesmo ano. E, no dia 14 de abril emitiu-se a carta de cobertura.

Posteriormente, no dia 20 de abril de 2021, submeteu-se o pedido de autorização da realização da pesquisa e emissão de cartas de cobertura nas duas restantes instituições (DPSN e HPN), através dos Ofícios emitidos pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em que estavam vinculados os dois primeiros autores do presente estudo. Os pedidos foram respondidos positivamente, tendo sido emitidas as respectivas cartas de cobertura nos dias 26 de abril e 7 de maio, respectivamente. Reunidos todos os documentos exigidos pelo CNBS, remeteu-se o protocolo a esta instituição, que depois de dois retornos feitos nos dias 23 de julho e 14 de setembro de 2021, aprovou-o no dia 8 de outubro do mesmo ano (Parecer n.º 597/CNBS/21, de 8 de outubro).

Além desses cuidados éticos cumpridos, também se garantiu o anonimato, a confidencialidade de informações e a livre adesão no estudo dos participantes. Deste modo, todos os participantes foram solicitados a lerem e assinarem o termo de consentimento livre e esclarecido.

A análise de dados fez-se com auxílio da análise de conteúdo temática. Depois da realização das entrevistas procedeu-se uma escuta e transcrição inicial de todas elas pelo primeiro autor. Em seguida, solicitou-se apoio ao terceiro autor, formado em psicologia para fazer a escuta, leitura e uma nova transcrição, no sentido de verificar se não havia omissão na primeira transcrição. Depois disso, o pesquisador que fez a transcrição inicial, também, voltou a fazer o mesmo processo de escuta e leitura simultânea do texto.

Nesta fase, fez-se, igualmente, a codificação dos entrevistados. Para tal, atribuiu-se o código En – PE e En – PS para profissionais de educação e saúde, respectivamente. O “n” corresponde ao número do entrevistado conforme na ordem da realização das entrevistas, tendo ficado, por exemplo, E1 – PE, E25 – PS. Posteriormente, formaram-se as categorias definidas *a posteriori* das entrevistas. Desse modo, surgiram duas categorias principais: fatores psicossociais protetivos e fatores psicossociais de risco relacionados ao trabalho docente. A inferência dos resultados foi mediante a presença ou frequência de cada elemento mencionado pelos entrevistados.

O processo de socialização dos resultados ocorreu por meio da sua apresentação em eventos científicos nacionais, tais como: II Encontro Nacional de Pesquisa em Psicologia realizado pela Faculdade de Educação, da Universidade Eduardo Mondlane, nos dias 16 a 18 de novembro de 2022, na Cidade de Maputo; 13^{as} Jornadas Científicas e Tecnológicas de Moçambique e 13^o Seminário Nacional de Divulgação de Resultados de Pesquisa do Fundo Nacional de Investigação nos dias 8 e 9 de março de 2023 e I Congresso Internacional de Psicologia promovido pela Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Pedagógica de Maputo entre os dias 19 a 22 de setembro de 2023, na Cidade de Maputo.

Além do mais, estava prevista a realização de uma palestra no mês de outubro de 2023 com a finalidade de apresentar os resultados desta investigação. A palestra tinha sido planejada no âmbito da

comemoração do dia nacional do professor moçambicano assinalado no dia 12 de outubro. Na palestra participariam professores, gestores das escolas, técnicos do serviço distrital de educação, estudantes e público interessado em geral, mas por questões financeiras não se concretizou, ficando a atividade adiada para o mesmo período no ano de 2024.

RESULTADOS

Esta seção tem a finalidade de apresentar e analisar os resultados da pesquisa. Desse modo, primeiramente, apresenta-se a caracterização dos participantes e seguidamente os fatores psicossociais relacionados ao trabalho docente.

Caracterização dos participantes da pesquisa

Nesta pesquisa participaram 30 profissionais, dos quais 21 eram do sexo masculino e nove do sexo feminino, com idades variadas entre 26 e 60 anos. Em termos de tipo de vínculo com o Estado, todos os participantes eram nomeados, ou seja, tinham vínculo laboral estável. Em relação à área de atuação, 22 eram trabalhadores da educação e oito do setor da saúde. Entre os trabalhadores do setor da educação, 15 eram docentes, quatro gestores das escolas, dois técnicos da repartição de recursos humanos e um membro do secretariado distrital da Organização Nacional de Professores (ONP).

Dos oito participantes da área de saúde, sete trabalhavam no Hospital Psiquiátrico de Nampula e um no Serviço Provincial da Saúde - Junta Médica de Saúde. No que diz respeito à área de formação profissional, dois eram técnicos de psiquiatria e saúde mental, dois psicólogos clínicos, uma psicóloga clínica e aconselhamento e, um médico de clínica geral.

Em termos globais, quanto à formação acadêmica, 14 dos 30 entrevistados tinham o nível médio profissional, 12 possuíam o nível superior e os restantes quatro tinham o nível básico. E, no que tange ao tempo de serviço, variava de quatro a 34 anos.

Fatores psicossociais protetivos

De modo a explorar e compreender os fatores psicossociais protetivos relacionados ao trabalho de docentes da educação geral em Nampula, foram feitas as seguintes questões: quais são os principais êxitos profissionais que já teve durante a sua carreira? Que situações do seu trabalho considera como motivadores e agradáveis? É importante informar que estas questões foram feitas apenas para os profissionais de educação.

De acordo com os depoimentos apresentados, os fatores psicossociais protetivos mais indicados pelos profissionais da educação investigados foram: aprendizagem mútua, ter remuneração e reconhecimento social. Em relação à aprendizagem mútua, o E1 – PE disse:

Para mim, um dos aspectos motivadores é aprendizagem mútua, uma vez que enquanto eu leciono, dou as minhas aulas, acabo sabendo que eu só não sou professor sozinho, entro na turma não só para ensinar, mas também para apreender dos [com] próprios alunos. Então, isso é que me motiva cada vez mais, e me traz aquela vontade de estar cada vez mais ao lado meus alunos, porque não só eles vão aprender de mim, mas também eu hei-de aprender alguma coisa deles (E1 – PE, informação pessoal, 2021).

Por sua vez, respondendo às questões enunciadas, E14 – PE explicou que “porque quando eu tenho uma aproximação com minhas crianças [alunos] do ensino primário tenho que participar ativamente nos trabalhos diários criando o TPC que a criança tem que resolver em casa e apresentar ao professor” (E14 – PE, informação verbal, 2021). Sobre ter remuneração mensal, o primeiro entrevistado afirmou que “ter salário motiva muito, porque qualquer funcionário, quando está a trabalhar no final do mês espera algum subsídio, algum salário. Porque quando você trabalha, esforça-se e no final do mês tem um salário” (E1 – PE, informação verbal, 2021).

Na mesma senda, o oitavo participante desta pesquisa explicou que “o que me motiva é quando consigo qualquer pão né [salário]. Trabalho sim e quando consigo o dinheiro, atendo minhas preocupações, atendo minha família” (E8 – PE, informação verbal, 2021). Do modo similar, o E13 – PE fez saber que “um outro aspecto que posso destacar aqui como positivo no trabalho foi puder conseguido erguer aquilo que, posso dizer a minha vida através do salário que recebo” (E13 – PE, informação verbal, 2021). E sobre o reconhecimento social, o primeiro entrevistado explicou que:

é que você já tem nome na sociedade. A sociedade não te olha como um papel simples, você já tem um papel na sociedade onde você está, principalmente por você ser professor, não é só professor na escola, é professor quase em todo o lugar onde você estiver. Todos quando têm uma preocupação, procuram saber alguma coisa, eles correm [vêm até a mim], perguntam isso. Até alunos que não estão na minha escola eles recorrem a mim. Mesmo lá na sociedade, no bairro acontece alguma coisa, um papá [pai] há-de vir, épah... senhor professor isso não percebi, não entendi, aí eu vou ensinar. Isso é também um dos aspectos que me motiva a continuar a ser professor (E1 – PE, informação verbal, 2021).

Ainda em relação ao reconhecimento social do professor, o E12 – PE fez saber que,

Até que eu já tive algumas vezes situações que os próprios alunos já me salvaram, já me deram atenção em alguma situação, épah há alguém assim que querem criar um assunto para si, mas nós vamos tentar resolver isso. E eles chegaram para o grupo e dizer não, vocês não devem fazer mal para aquele professor ali, aquele é nosso professor, vocês não podem fazer isso. Eu já fui defendido não só aqui em Murrupula mesmo na Cidade de Nampula, encontrar um grupo e me perguntar: você é professor fulano né? Eu sim, hi [admiração] qual é o problema. Ah..., passa lá, vai lá, acabou, não precisa perguntar, vai lá. E mais tarde eles me ligarem dizer professor cuidado, havia uma situação, mas já acabou, não sinta nada (E12 – PE, informação verbal, 2021).

Fatores psicossociais de risco

Para identificar os fatores psicossociais de risco relacionados ao trabalho docente, foram feitas diversas questões disparadoras conforme a área de atuação dos entrevistados. Desse modo, os docentes em exercício foram perguntados: Quais são as dificuldades relacionadas ao trabalho que enfrenta no seu dia a dia? Quais são os aspectos relacionados à sua profissão e trabalho considera como desfavoráveis?

Quais outros aspectos do seu trabalho lhe ocasionam um mal-estar? Que fatores e causas devem estar relacionados com este adoecimento mental dos professores?

Aos docentes afastados questionou-se: O que levou ao seu afastamento do serviço/atividades de docência? Na sua opinião, acha que os seus problemas de saúde têm a ver com o trabalho? Se sim, de que forma? E aos profissionais da saúde perguntou-se: em sua opinião, o que está a contribuir para o desenvolvimento de problemas de saúde mental em docentes no contexto moçambicano, em especial aqui na província de Nampula? Que fatores e causas são mencionados pelos docentes pacientes por si atendidos que estejam associados aos problemas de saúde mental que os acometem? Na sua percepção, haverá alguma relação entre os problemas de saúde mental que estes docentes desenvolvem e o seu trabalho?

Com base nas falas dos participantes apresentadas seguidamente, os fatores psicossociais de risco relacionados ao adoecimento mental de docentes (determinantes sociais) foram agrupados em dois tipos, a saber: organizacional e socioeconômico. Os fatores organizacionais incluem: baixos salários, condições insuficientes ou precárias de trabalho, estagnação na carreira, pouco incremento salarial, irregularidade de pagamento de salários e fraca aprendizagem dos alunos. E os fatores socioeconômicos dizem respeito às precárias condições de vida das comunidades onde os professores trabalham, desvalorização da classe docente, alto custo de vida, isolamento social e dificuldades de conciliação trabalho-família.

Em relação aos fatores organizacionais ou internos ao trabalho, começa-se pela apresentação dos depoimentos sobre a baixa remuneração. Neste sentido, o primeiro entrevistado afirmou que: “só que existe uma dificuldade que este professor não é olhado como devia ser olhado, como por exemplo em termos salariais. O valor [a remuneração] que professor, às vezes recebe não corresponde com o trabalho que ele faz” (E1 – PE, informação verbal, 2021). Por seu turno o E22 – PE, relatou que “para além de incompatibilidade do salário com o custo de vida, este é menor” (E22 – PE, informação verbal, 2021). E um dos profissionais de saúde entrevistado explicou que: “falamos de causas que podemos reconhecer, mas há causas mais profundas, estamos a falar de motivação, salário, que alguns surtam porque não conseguem responder as suas demandas por causa de salário baixo” (E25 – PS, informação verbal, 2021).

Quanto ao fator de falta ou insuficiente incremento salarial, o E12 – PE explicou que: “por exemplo, este ano [2021], todos [os funcionários públicos] estão a reclamar pelo aumento de 223 meticais, isso então afeta a consciência algum momento” (E12 – PE, informação verbal, 2021). Outro entrevistado fez saber também que “o trabalho está indo bem, apesar de ficarmos parados dois, três anos sem aumento salarial” (E23 – PE, informação verbal, ano de 2021).

Na mesma direção o E23 – PE salientou que “apesar de ficarmos parados dois, três anos sem aumento, dá para se contentar com isso, apesar de é difícil” (E23 – PE, informação verbal, ano de 2021). E o último participante deste estudo comentou que “com a nova governação [2015-2024] nunca conhecemos um aumento salarial na ordem ou acima de 12%” (E30 – PE, informação verbal, 2022).

Em relação aos atrasos de pagamento de salários, ou seja, efetivação em datas irregulares, o E11 – PE explicou que “quando nós estamos com um turno-meio, as horas-extras pagam com dificuldades e podemos trabalhar três, quatro meses ou anos sem receber a remuneração. Então isso frustra o trabalhador” (E11 – PE, informação verbal, 2021). Por sua vez, o E14 – PE mostrou-se desgastado devido à demora de pagamento de salários ou pagamento em datas irregulares. Segundo ele “uma das coisas que não gosto deste governo é nos desprogramar. Se eu tivesse meu salário hoje seria menos transtorno, mas agora estou no vazio há três dias do final do mês. Isso é degradante” (E14 – PE, informação verbal, 2021).

As condições precárias do trabalho docente (exemplo: infraestruturas precárias e falta de material didático e escolar) é dos aspectos indicados como desfavoráveis pelos entrevistados. Desse modo, o E13 – PE salientou:

É assim, onde há trabalho sempre há limitações, dificuldades e estas são várias. Primeiro, é a questão do próprio aspecto profissional, as qualidades dos serviços que as escolas, ou seja, neste caso as instituições escolares têm, no que diz respeito aos edifícios né. É complicado, porque éh..., provavelmente, impossível a gente trabalhar durante aqueles 45 minutos e sem ter lugar para sentar-se. E isso é grande esforço que a gente faz. E eu acho que isso não é a vontade da instituição como escola e pode ter a ver com a própria conjuntura do país. Também não menos importante, podemos destacar aqui a questão daquilo que eu estava aqui a mencionar sobre infraestruturas, não podia existir numa escola secundária aulas debaixo das árvores, aquilo que chamamos de turmas ao relento (E13 – PE, informação verbal, ano de 2021).

Na mesma direção, o E22 – PE, salientou que “o marcante mesmo são as condições da escola, quer dizer o material que nós estamos a usar é precário, a proteção é menor, isso nos marca muito” (E22 – PE, informação verbal, 2021). Da mesma forma, o vigésimo terceiro entrevistado afirmou que:

Primeiro, é falta de material, uma das coisas é falta de material; falta de material didático cria problema. Eu já até obriguei o meu diretor da escola a comprar o globo terrestre, porque eu queria introduzir o continente europeu, africano, mas só falar pela boca torna difícil, é preciso indicar pelo menos no mapa ou globo terrestre. Havemos de encontrar escolas que nem régua têm, mas são as mesmas escolas que recebem dinheiro [fundo de apoio direto às escolas] e é mal aplicado. Então uma das condições estressantes é a falta de material (E23 – PE, informação verbal, 2021).

Por sua vez, o último entrevistado explicou que,

nós não podemos falar de qualidade de educação enquanto não existem ferramentas apropriadas, estamos a falar de manuais escolares. Eu estou a falar agora quase no 2º trimestre [de 2022] sem livros, sem material didático, quer dizer eu devo procurar um professor que tem livro da 3ª classe, me emprestar para eu copiar, quando ele estiver disponível e se não estiver não tenho como. Não é possível, todo o semestre passado sem livro nem manual, nem programa do professor, aí faz-se de conta, não é possível trabalhar (E30 – PE, informação verbal, 2022).

No que respeito às limitadas oportunidades de desenvolvimento na carreira que ocasionam estagnação na carreira docente, o E19 – PS explicou que “durante a entrevista ou durante a consulta [com professores] acabamos percebendo que há uma certa insatisfação relacionada ao seu próprio trabalho,

como a mudança de carreira, [...]” (E19 – PS, informação verbal, ano de 2021). Para o E22 – PE “e a outra questão, por mais que a gente trabalhe com vocação, mas precisamos de alguma progressão que foi muito difícil praticamente a partir de 2016 para cá. A progressão foi difícil do professor, progressão profissional, assim como na parte de atos administrativos, essa foi a grande dificuldade para nós” (E22 – PE, informação verbal, 2021). De modo similar, o último entrevistado disse que “limitação das oportunidades de promoções a cargos de chefia também frustra” (E30 – PE, informação verbal, 2022).

Sobre as mudanças contínuas de manuais escolares, o E23 – PE disse que “em relação Diname [editora] cada ano estar a trocar o livro também baralha o próprio professor. Cada ano mudam-se livros, eu tenho livros antigos e até trocam programas de ensino, e agora a pessoa [professor] vai se centrar onde? Este ano a pessoa está a trabalhar [lecionar] a 5ª classe que, próximo ano logo em janeiro a pessoa há-de ver novo livro” (E23 – PE, informação verbal, 2021). De mesmo modo, o E30 – PE informou que “eu não sei como é que eles fazem transformação de currículos, eu não sei em que moldes, eles mudam livros escolares cada hora a hora” (E30 – PE, informação verbal, 2022).

No que diz respeito às injustiças nas promoções, o E23 – PE disse que “não podemos olhar pela cara ou pela afinidade [do professor] para promovê-lo, mas sim pelas condições, competências, requisitos dele” (E23 – PE, informação verbal, 2021). Na mesma direção o E30 – PE relatou que “também sugiro que terminasse aquela parte que aparece promoção para cargo de chefia por confiança, eu que não percebo bem, confiança parece de uma pessoa que já conheceu, uma pessoa íntima, parece não se ligar muito a nível profissional. Então tem que um critério mais objetivo” (E30 – PE, informação verbal, 2022).

Outro fator psicossocial de risco relacionado ao trabalho docente mencionado pela maioria de docentes entrevistados é o número de alunos nas turmas. Assim, o E13 – PE explicou que:

Em relação ao outro aspecto que acho e posso destacar aqui como constrangimento, é o rácio professor/aluno, e isto de uma ou doutra forma pode vir a contribuir negativamente no alcance dos resultados que se esperam. Dando como exemplo, na nossa escola, as nossas turmas são compostas por uma média de 60 a 75 alunos e na minha percepção e, na minha humilde opinião, devia ser menos que isso, para dar espaço que o professor possa conhecer as dificuldades de cada estudante. Porque, com esse rácio de 75 em cada turma, imagine que um professor como eu que estou a passar em 12 turmas e com esse rácio de 75 alunos em cada turma e fazendo uma estimativa, estamos a falar de muitos alunos. E com isso não é possível conhecer cada um desses alunos e as suas dificuldades, para poder acompanhar e resolver esses problemas (E13 – PE, informação verbal, ano de 2021).

O E22 – PE mencionou-o da seguinte forma:

maior número de alunos nas salas de aulas como avaliar também é difícil, porque se são 100 alunos, quanto tempo podes passar para corrigir os testes dos estudantes? Muito, muito tempo, então isso pode provocar *stress* sabendo que tem de se preparar para outro turno e eles [os alunos] são inocentes disso. Então tem sido muito difícil isso (E22 – PE, informação verbal, 2021).

A política de progressão automática e fraca aprendizagem dos alunos são outros elementos que mereceram destaque por parte dos docentes entrevistados. Desse modo, o E22 – PE lamentou que,

[...] mas desde 2015, melhor dizer 2017 para cá as coisas são muito diferentes. Essas políticas e filosofias de trabalho escolar [progressão no ciclo de aprendizagem] mudaram muito para o pior. É muito difícil encontrar atualmente um aluno mesmo que corresponde, casos excepcionais existem. Corresponder em termos de domínios da matéria. Quando o produto não é bom, há que se questionar, é um fator de tristeza, estou a me referir nesta parte que estou a frisar, quando a aprendizagem é fraca, então torna muito difícil (E22 – PE, informação verbal, 2021).

Na mesma senda, o E24 – PE afirmou que:

A primeira coisa é de passagem automática prejudica o próprio aluno. O aluno de agora não aprende nada, por causa de o quê? Nós somos exigidos a deixar passar o aluno obrigatoriamente. Onde você deixar 70% ou abaixo dessa porcentagem você próprio [docente] é criticado, é chamado no gabinete do chefe. E o próprio aluno de agora não aprende nada, porque somos exigimos, onde você não deixar passar ou chumbar muito você responde. Então para evitar responder essas coisas de responder, acaba deixando, acaba indo na onda, e eu como só quero o meu salário (E24 – PE, informação verbal, 2021).

Em relação à fraca aprendizagem dos alunos, o E5 – PE salientou que: “primeiro, as dificuldades são alunos, problemas de percepção [aprendizagem] dos alunos, trabalhar no campo, a comunidade em si, aluno para ir ao serviço [escola] tem que ser puxado, mas consegue apaziguar” (E5 – PE, informação verbal, 2021). De modo similar, o E8 – PE considerou que: “lá no campo [zona rural], os alunos são um pouco atrasados mentalmente [fraca aprendizagem]. Por isso é normal acertar [ter] um da 8ª classe que não consegue escrever seu nome, logo há problemas sérios” (E8 – PE, informação verbal, 2021).

No que tange aos fatores socioeconômicos ou externos ao trabalho, cabe referenciar inicialmente o endividamento de professores. Nesta senda, o E1 – PE esclareceu que “se for o caso daqueles professores que têm dívida no banco, às vezes o banco vai lhe tirar o valor que não estava planejado no contrato, então esses fatores vão fazer com que o professor fique alterado mentalmente” (E1 – PE informação verbal, 2021). Enquanto o E2 – PE associou o alcoolismo e endividamento de professores, explicando que:

Isso acontece com colegas que não conseguem controlar a sua vida em termos econômicos. Então, quando os colegas, muito mais os colegas que têm esses problemas, são colegas devedores, isto é, a parte bancária [com dívida nos bancos, microcréditos e agiotas]. Muitos que já vi, são colegas que não conseguem se controlar. Porque eles vão a primeira vez ao banco, fazem o empréstimo, podem ir à segunda vez noutra banco, fazem empréstimo, o que fazem com esse dinheiro na sua maioria? Nada. Ao fim vão vendo que estão a receber uma migalha e ficam abatidos psicologicamente e começam já a se meter até com aquelas nossas bebidas caseiras, de lá no bairro de qualquer maneira. Então isso leva [faz] com que afeta mais a parte psíquica do docente (E2 – PE, informação verbal, 2021).

De modo similar, o E13 – PE mencionou o endividamento de docentes lamentando da seguinte forma:

já imaginou um professor que recebe 7500 meticais (625 reais ao câmbio de 1 real/12 meticais), vai ao banco e desconta um terço. Depois vai noutra microcrédito e agiotas. Daí que o professor fica com migalhas que não são suficientes para sustentar a sua família. Isso lhe frustra, lhe provoca *stress* (E13 – PE, informação verbal, 2021).

O alto custo de vida que se registra em Moçambique, sobretudo de 2016 até o presente ano de 2024 é outro fator socioeconômico mencionado com maior frequência pelos entrevistados. Neste sentido, o E3 – PE informou que:

o custo de vida está mais alto e o poder de compra está mais baixo. Isso faz com que os professores realmente se lancem em tantos bancos para ver se pode suportar isso, mas na mesma metem-se em mais situações que eles não conseguem suportar, aliás que não conseguimos suportar, porque estou na lista como professor (E3 – PE, informação verbal, 2021).

E o vigésimo terceiro entrevistado comentou que “há remuneração apesar do custo de vida que estamos a viver atualmente” (E23 – PE, informação verbal, 2021). Em relação às pobres condições sociais e de vida das comunidades onde alguns docentes trabalham, E5 – PE lamentou que:

A parte de água, dormir nas escuras, falta de energia e outras coisas, tudo está mal. Não pode faltar, causar o mal-estar porque estamos no campo, não temos energia, não temos água potável, isso aí pode causar problemas de saúde. Kakakaka [risos], aí o que me aparece é pensar que hiii já vou no trabalho ali onde durmo mal, como mal, não tem energia, não tem água, isso não falta. Pensamentos e sentimentos péssimos não faltam, você quando está no campo, o que você pensa é épah se chegasse fim de semana, eu ir à vila para poder dormir numa boa cama, numa casa eletrificada, beber uma boa água (E5 – PE, informação verbal, 2021).

Por sua vez, o E16 – PS afirmou que,

os professores, mais que todos os outros funcionários públicos, eles são colocados em zonas muito recônditas. Ali não tem nada, eles ficam longe da família, ali não tem energia e acabam, normalmente, se refugiando a esse vício [alcoolismo]. Dizem principalmente que eu não posso levar minha família para lá, não tenho condições, tenho meus filhos e minha mulher (E16 – PS, informação verbal, 2021).

Esse modo de vida reportado por E16 – PS somado às difíceis e pobres condições socioeconômicas das comunidades onde certos docentes trabalham, ocasiona o isolamento social desses profissionais, colocando-os mais vulneráveis ao desenvolvimento de depressão, *stress*, insônia e alcoolismo. Na mesma direção, o E7 – PE, explicou que:

Eu acho que um dos fatores deve ser isolamento. Alguns professores vão mesmo sem ter tocado no álcool nunca, mas em termos de colocação, estão lá apenas com diretor [da escola], porque temos escolas só com dois colegas, ele e o diretor. E o diretor é da banda, está lá há seis, sete anos, conhece toda a população. Ele [diretor da escola] deu aula e prontos, se desaparece, o professor está ali sozinho, fica ali. O professor até pode aguentar alguns meses ou um ano, dois anos, mas sempre vai cair na bebedeira por causa das condições que estão lá nas comunidades rurais. Logo o professor acaba caindo [se metendo] no álcool. Alguns aguentam, suportam, mas tem sido muito difícil. E por falta de controle viram bêbados mesmos [acabam desenvolvendo a dependência química de álcool]. Então o isolamento social, também, tem contribuído muito para o alcoolismo dos colegas (E7 – PE, informação verbal, 2021).

Por sua vez, o E20 – PS comentou que:

como me referi, algumas pessoas [professores] que estão colocadas nos distritos recônditos, e prontos acabam se ocupam no consumo de álcool e não têm muita coisa para fazer, para se ocupar e não têm atividades lúdicas. Por exemplo, aqui nas cidades, nós tentamos ir a um lugar de diversão, ir tomar sopa, sorvete e eles não têm isso. Os professores das zonas recônditas optam em se juntar com a comunidade local no consumo de substâncias psicoativas. E o consumo quando é feito de forma frequente ocasiona uma dependência (E20 – PS, informação verbal, 2021).

E o último entrevistado explicou que “o isolamento do professor em relação ao convívio, estou a falar da falta de acesso da rede de telefonia móvel, energia também pode lhe frustrar. Um professor que sai de Muite e vai para uma escola que está lá em Naculuo, e quando o professor vem aqui para comprar sal e vê o outro num outro nível, também frustra” (E30 – PE, informação verbal, 2022). Como se verifica, este participante indicou a falta de serviços básicos nas comunidades onde os professores trabalham como um aspecto que lhes frustram, como foi explicado anteriormente.

Em relação à falta de prestígio e valorização docente, o quinto entrevistado deste estudo comentou que: “atualmente, mesmo a nível da sociedade, do Governo, o professor não tem valor comparativamente nos anos passados, porque eu fui aluno” (E5 – PE, informação verbal, 2021). O E12 – PE, também corrobora com a ideia de falta de valorização da classe docente, pois entende que:

À nível da sociedade, nalgum momento desprezam o professor. O professor não é nada, mas esquecem que, mesmo seja enfermeiro ou qualquer funcionário passou nas mãos do professor, mas este não é valorizado. Não sei a que se deve esse desprezo. Só que dizem que o professor não tem valor, não é nada; não sei e estou preocupada (E12 – PE, informação verbal, 2021).

E o E30 – PE salientou que “enquanto não existir prestígio para o docente, este não sentir que eu estou a trabalhar para o povo e o Governo me espera, a comunidade em geral me espera, não há-de existir resultados positivos” (E30 – PE, informação verbal, 2022). Finalmente, em relação às dificuldades de conciliar trabalho-família, o E23 – PE, explicou que:

Bem, eu enfrento dificuldades sim, a maior coisa, até vou falar numa forma geral, a maior coisa que destrói o próprio professor é o posto de serviço e a sua casa. Supomos que um professor que está lá na margem do rio Lalaua em Namuhuca, obrigatoriamente ele é polígamo. Em casa deve comer-se e no posto de serviço ele deve comer também. Então sabendo que com essa distância não há meio de transporte, ele é obrigado a procurar seu meio de transporte, alimentar-se lá e alimentar em casa, tudo que ele faz aqui em casa, ou é sabão, é caril, é celeste, lá deve ter e aqui deve ter. É um pai que abandona seus filhos durante cinco dias, de segunda a sexta-feira. Então essas são dificuldades maiores que pelo menos na educação criam muitos problemas aos professores (E23 – PE, informação verbal, 2021).

Na mesma senda, o E25 – PS esclareceu o seguinte:

E alguns professores, provavelmente, segundo que converso com os familiares dos professores acometidos [adoecidos], alguns deles já eram casados, alguns tinham familiares a nível da cidade, a nível das vilas e nem sempre têm possibilidades em voltar e visitar família, temos aqui questões passionais. Entram em depressão, porque acham que esposas estão a lhe trair, acham que não têm controle sobre a família (E25 – PS, informação verbal, 2022).

DISCUSSÃO

Os resultados desta investigação revelaram que os fatores psicossociais protetivos mais indicados são: aprendizagem mútua, ter remuneração e reconhecimento social do professor. Pelo contrário, baixos salários, endividamento, condições de trabalho insuficientes ou inadequadas, precárias condições sociais e de vida das comunidades, estagnação na carreira, alto custo de vida, desvalorização da classe docente, dificuldades de conciliar trabalho-família, isolamento social, pouco incremento salarial, irregularidade de datas de pagamento de salários e fraca aprendizagem dos alunos, foram apontados como principais fatores psicossociais relacionados ao trabalho docente que geram prejuízos à saúde mental destes profissionais.

Cabe explicar algumas das possíveis razões da menção desses fatores psicossociais de risco. Em relação aos problemas de desenvolvimento na carreira, em Moçambique, atualmente, estes ocorrem devido à rígida dependência do Ministério da Economia e Finanças (MEF) na determinação da dotação orçamentária e da sua disponibilidade, práticas ineficazes de Gestão de Recursos Humanos, sobretudo na imprecisão no planeamento e orçamentação de carreira, *déficit* orçamentário e excesso de burocracia na Administração Pública (MINEDH, 2017). Deste modo, o MINEDH (2017) reconhece que no setor da educação pública moçambicana, o planeamento e a orçamentação de carreira docente estão sendo efetivados conturbados, pois verifica-se que o planeamento é feito de forma não criteriosa, constata-se a insuficiência orçamentária para suportar o desenvolvimento de carreira docente, desembolso tardio dos poucos recursos financeiros destinados às despesas do pessoal docente por parte do Ministério de Economia e Finanças de Moçambique. Este cenário tem sido mais marcante de 2016 até o presente, devido à aplicação das medidas de contenção das despesas públicas e crise financeira a que o país está atravessando.

Assim, o Governo de Moçambique aprovou o Decreto n.º 75/2017, de 27 de dezembro, que instituiu medidas de contenção da despesa pública. Por sua vez, o Ministério de Administração Estatal e Função Pública aprovou o Diploma Ministerial n.º 49/2018 de 23 de maio, que definia os atos administrativos relativos à promoção, progressão e mudança de carreira no âmbito da contenção da despesa pública. Entre as medidas instituídas, neste quadro legal, incluem: congelamento de atos administrativos de desenvolvimento na carreira (promoção, progressão e mudança de carreira) e de bolsas de estudos; redução da taxa de bônus especial de 30% para 20% para o pessoal enquadrado na carreira de técnico profissional; de 50% para 40% para bacharéis; 60% para 50% para licenciados; 75% para 65% para professores universitários, licenciados em medicina e cirurgia e médicos especialistas e fixou uma percentagem de 15% do subsídio de localização para todos os servidores públicos.

Embora houve retorno paulatino dos atos de desenvolvimento na carreira em 2019, poucos docentes se beneficiaram desses atos administrativos devido ao *déficit* orçamentário e política de austeridade pública em vigor. A estagnação na carreira continua sendo um problema vivenciado pelos servidores públicos moçambicanos e agravado de 2022 até então, devido ao congelamento total de todos os administrativos de desenvolvimento profissional, em consequência da implementação da Tabela Salarial Única (TSU) em curso e aos dois fatores limitantes mencionados.

Outras consequências dessa medida de contenção da despesa pública e da crise econômica são: falta de provisão do material escolar, falta ou pouco incremento salarial que oscilou entre 223 meticais a 10% no período de 2016 a 2023, falta de pagamento de horas-extras e do 13º salário nos anos de 2020 e 2024, contratação de poucos docentes e pouco investimento em infraestruturas escolares. Esta situação pode estar a agravar o tamanho de alunos nas turmas e a precariedade das condições de ensino-aprendizagem e do trabalho docente em escolas públicas da educação geral no país.

No que diz respeito às precárias condições do processo de ensino-aprendizagem, há que salientar que em Moçambique, muitas escolas públicas do ensino primário foram construídas com material local e precário, tais como: paus, areia e cobertura de capim. Além disso, muitas dessas escolas não possuem banheiros, carteiras, mesas e outros mobiliários e, por conseguinte, alunos dessas escolas se sentam no chão. Para além disso, verifica-se um *déficit* extremamente elevado de salas de aula convencionais ou mesmo precárias (UNESCO, 2019). E, devido a esse *déficit* de salas de aula, sobretudo do ensino primário, certas escolas optam em formar turmas que funcionam ao relento, isto é, de baixo das árvores.

Para ilustrar recorre-se a pesquisa de Duarte (2018), que discute a política de progressão por ciclos de aprendizagem introduzida na última reforma curricular do ensino básico em Moçambique, em 2004. A autora constatou que cerca de 56,6% dos alunos estudavam em escolas sem água, 72,8% em escolas sem energia e apenas 16% estudavam em escolas com biblioteca. Com exceção da província de Maputo, mais de 60% dos alunos sentavam-se no chão e apenas 25% dos alunos eram acompanhados pelo mesmo professor até a conclusão da 2ª classe.

Sobre o número de alunos nas turmas, o número 1 do artigo 43 do Diploma Ministerial n.º 46/2008, de 14 de maio, institui que “as turmas normais devem ser constituídas, em média, por 50 alunos cada”. E o número 2 do mesmo diploma orienta que: “as classes com menos de 25 alunos devem ser ministradas em regime de turmas mistas”. No entanto, em muitas escolas públicas da educação geral no país, as turmas são formadas com mais de 60 alunos, atingindo em certos casos, 100 alunos por turma. Este tamanho, aliado ao número de disciplinas leccionadas por cada professor do ensino primário que atualmente varia de três a sete disciplinas (INDE, 2020), intensifica o trabalho docente.

Importa lembrar que, desde 2004, ano de início de implementação do novo currículo no ensino primário até 2020, o número de disciplinas variava de seis a nove para professores da 1ª a 5ª classe e três a quatro para professores da 6ª e 7ª classe (INDE, 2020). É importante sinalizar, também, que da 1ª a 5ª classe funciona o sistema de monodocência, ou seja, um docente/uma turma. E, as escolas que funcionam

com regime de dois turnos, as aulas são organizadas em seis tempos e as com três turnos lecionam cinco tempos diários. Desse modo, os docentes afetos nas classes de monodocência planejam e lecionam 25 a 30 aulas conforme o número de turnos de funcionamento da escola.

Em relação ao alto custo de vida e pobreza das comunidades onde alguns docentes trabalham, é oportuno lembrar que, de 2016 até o presente, Moçambique tem registrado taxas de inflação e desvalorização da moeda nacional (metical – MZN). Estes cenários fazem com que baixem o poder de compra de docentes, especialmente os de níveis e carreiras inferiores., devido ao agravamento dos preços de produtos e bens a nível nacional. Sobre a pobreza, estima-se que cerca de 68,56% da população moçambicana mora na zona rural com difíceis condições de vida (INE, 2019). E Moçambique é considerado como um dos países mais pobres do mundo, com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) bastante baixo, estimado em 0,446 de acordo com último Relatório de Desenvolvimento Humano de 2021/2022. Este IDH coloca o país na posição 185 de um *ranking* de 191, ou seja, na 6ª posição dos países mais pobres do mundo (PNUD, 2022).

No que tange aos atrasos de pagamento de salários ou irregularidades de datas para o efeito, Charles (2023) em seu artigo sobre impacto econômico do atraso no pagamento de salários na Função Pública em Moçambique, alude que o Governo não tem cumprido com as datas estipuladas pelo Diploma Ministerial n.º 210/2014, de 9 de dezembro, sobre os procedimentos para o processamento e pagamento de salários aos servidores públicos. Este autor, relata que várias são as vezes em que os servidores públicos passaram do dia 30 sem que os seus salários estejam depositados nas suas contas, criando-lhes, por um lado, prejuízos financeiros, sociais e danos psicológicos e, por outro lado, gerando perturbações no funcionamento normal das instituições públicas. Deste modo, o atraso de recepção do salário implica para muitos servidores públicos, o pagamento de despesas adicionais, como juros de demora para a banca, multas pelo atraso de liquidação da prestação de serviços de terceiros, como por exemplo é do consumo de água, para o qual está estipulada uma multa de 20% sobre o valor da fatura em caso de atraso de pagamento.

Como se verifica, as dificuldades cotidianas do ambiente do trabalho docente e do contexto socioeconômico e político do país podem ser avaliadas como potenciais riscos ocupacionais, que possivelmente repercutem negativamente na saúde física e mental, desencadeando diversos problemas de saúde para os profissionais. Isso porque, a maioria de professores em Moçambique está inserida em contextos marcados por condições sociais e econômicas peculiares, caracterizadas por altos índices de pobreza rural (ILO, 2019; PNUD, 2022; UNESCO, 2019).

Os resultados desta investigação estão em consonância com os outros achados. Por exemplo, sobre fatores psicossociais, alguns autores (exemplo: COSTA, 2023; PEREIRA, 2015; REBELO; BUENO, 2014) também identificaram elementos similares. Desse modo, Pereira (2015) constatou que a relação professor-aluno positiva, alcance de bons resultados eram elementos moderadores de sofrimento mental do docente. Em Costa (2023), a categoria de fontes de prazer no trabalho docente, a maioria das

respostas dos participantes entrevistados estava relacionada à questão do reconhecimento social, estando em consonância com os resultados deste estudo.

Igualmente, diversos pesquisadores (exemplo: RAMOS, 2020, ROQUE *et al.*, 2022; SANTANA; BARBOSA; MÁXIMO, 2022; SANTOS; CARNEIRO; OLIVEIRA; 2023; SILVA, 2017; SOUZA, 2018; SOUZA *et al.*, 2020), identificaram fatores psicossociais de risco similares aos desta investigação. Nesta vertente, a pesquisa de Silva (2017), aborda as trajetórias docentes, adoecimento e narrativas de sofrimento psíquico de professores da educação básica em Ceará. Os resultados indicaram as condições de trabalho precárias, rebaixamento da imagem social do docente, relações desgastadas com a gestão, percepções da doença do docente, falta de reconhecimento, contradições entre exigências profissionais e realidade de trabalho, sentimentos de frustrações entre a idealização do trabalho docente e suas reais condições de realização, como principais fatores psicossociais de risco associados ao trabalho docente.

Ramos (2020) analisou as condições trabalho dos professores de escolas públicas rurais da educação básica no Território de Identidade Piemonte da Diamantina. Os resultados revelaram que processos de intensificação, precários contratos de trabalho, sobrecarga de trabalho, precárias instalações físicas das escolas que apresentam insuficientes equipamentos pedagógicos e inexistentes serviços básicos de infraestrutura, como rede de esgoto, coleta de lixo e *internet*, além do insuficiente auxílio no transporte e hospedagem e o convívio com insatisfatórias condições dos veículos e estradas, como principais aspectos estressantes.

Enfim, estes resultados também confirmam e reforçam a ideia da importância da avaliação dos fatores de risco psicossociais no exercício da profissão docente. Nesta senda, apoiando-se em Borges *et al.* (2018), reconhece-se como necessária a avaliação e gestão dos riscos psicossociais no contexto do trabalho docente, de forma a promover condições de trabalho saudáveis, garantir respeito e tratamento justo, bem como incentivar a promoção da conciliação da vida profissional e familiar, de modo a minimizar riscos psicossociais e situações de vulnerabilidade ao adoecimento mental de docentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve o objetivo de explorar os fatores psicossociais protetivos e de risco relacionados ao trabalho docente da educação geral da rede pública em Nampula, Moçambique. Os resultados alcançados revelaram que, a aprendizagem mútua, ter remuneração e reconhecimento social, constituem os principais fatores psicossociais protetivos mencionados pelos entrevistados. Todavia, um outro conjunto de fatores foi indicado como os de risco psicossocial, constando principalmente os seguintes: baixos salários, endividamento, condições de trabalho insuficientes e/ou inadequadas, precárias condições sociais e de vida das comunidades, estagnação na carreira, alto custo de vida, desvalorização

da classe docente, isolamento social, dificuldades de conciliar trabalho-família, pouco incremento salarial, irregularidade de datas de pagamento de salários, fraca aprendizagem dos alunos e falta de apoio familiar.

Estes achados podem, por um lado, serem utilizados para fundamentar pesquisas futuras e, por outro, auxiliar na tomada de decisões para o delineamento de programas de intervenção no âmbito de saúde mental no trabalho docente, bem como na definição de políticas visando à sua melhoria. Há que salientar que, os fatores psicossociais relacionados ao trabalho são contextuais e mudam com o tempo. Igualmente, este estudo investigou uma parte de docentes da educação geral em Nampula, província situada na região norte de Moçambique. Desse modo, é pertinente, no futuro o desenvolvimento de mais pesquisas tanto em outros distritos da província de Nampula, como em demais provinciais do país.

As pesquisas futuras a serem desenvolvidas não devem se limitar apenas na compreensão dos fatores psicossociais relacionados ao trabalho, mas também buscarem investigar as repercussões desses fatores na vida e saúde dos docentes. Os resultados a serem alcançados podem apoiar na definição de programas de intervenção específicos em função das características de cada escola ou local, assim como fundamentar a necessidade do desenho e implantação de políticas públicas voltadas à atenção integral de saúde do trabalhador da educação no país.

REFERÊNCIAS

ABACAR, Mussa; ALIANTE, Gildo; NAHIA, Isabel Alves Alfredo. Fontes de estresse ocupacional e estratégias de enfrentamento em professores moçambicanos do ensino básico. **Saúde e Pesquisa**, Maringá, v. 13, n. 1, p. 41-52, 2020. <https://doi.org/10.17765/2176-9206.2020v13n1p41-52> Acesso em: 18 de junho de 2022.

ALIANTE, Gildo; ABACAR, Mussa. Fontes de *stress* ocupacional em professores do ensino básico e médio em Moçambique, Brasil e Portugal: uma revisão sistemática de literatura. **Revista Internacional em Língua Portuguesa**, Lisboa, v. 4, n. 33, p. 95-110, 2018. <https://doi.org/10.31492/2184-2043.RILP2018.33/pp.95-110> Acesso em: 5 de abril de 2021.

AREOSA, João. Riscos ocupacionais da imagiologia: estudo de caso num hospital português. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 297-318, 2011. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702011000200012> Acesso em: 17 de maio de 2021.

ASSUNÇÃO, Ada Ávila; OLIVEIRA, Dalila Andrade. Intensificação do trabalho docente e saúde de professores. **Educação & Sociedade**, São Paulo, v. 30, n. 107, p. 349-372, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000200003> Acesso em: 26 de abril de 2021.

BEIRA, Joana Carlos; VARGAS, Sandra M. Lohn; GONÇALO, Claudio Reis. Gestão de qualidade do ensino básico em Moçambique: um estudo em escolas primárias e públicas. **Navus**, Florianópolis – SC, v. 4, n. 4, p. 65-77, 2015. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/37885/gestao-de-qualidade-do-ensino--basico-em-mocambique--um-estudo-em-escolas-primarias-e-publicas-/i/pt-br> Acesso em: 14 de fevereiro de 2020.

BORGES, Kamilla Pereira. **Trabalho, precarização e adoecimento**. Curitiba: Appris, 2020.

BORGES, Sara Lopes *et al.* Avaliação de fatores de risco psicossociais: estudo com docentes do ensino superior. **Revista Portuguesa de Investigação Comportamental e Social**, Lisboa, v. 4, n. 1, p. 22-33, 2018. <https://doi.org/10.31211/rpics.2018.4.1.54> Acesso em: 1 maio de junho de 2020.

CARLOTTO, Pedro Augusto Croce *et al.* Riscos psicossociais relacionados ao trabalho: Perspectivas teóricas e conceituais. **Revista Interamericana de Psicología Ocupacional**, Medellín, v.37, n. 1, p. 52-70, 2018. Disponível em: <http://revista.cinccel.com.co/index.php/RPO/article/view/229/pdf> Acesso em: 5 de abril de 2021.

CASTIANO, José Pedro; NGUENHA, Severino Elias. **A longa marcha de uma Educação para Todos em Moçambique**, 3ª ed. Maputo: Publifix, 2013.

CHARLES, Estrela. Impacto económico do atraso no pagamento de salários na função pública. **Finanças Públicas – Centro de Integridade Pública**, Maputo, n. 10, p. 1-8, 2023. Disponível em: <https://www.cipmoz.org/wp-content/uploads/2023/07/Impacto-economico-do-atraso-no-pagamento-.pdf> Acesso em: 19 de setembro de 2023.

CHÁVEZ, Rodrigo Cornejo. Condições psicossociais do trabalho. *In*: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. (Org.). **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Minas Gerais: UFMG/Faculdade de Educação.

CHICAVA, Augusto Kessai Agostinho; MACHAMA, Otilia Alberto Kumbi. Políticas e desafios do ensino básico no sistema nacional da educação moçambicana. **Revista Amor Mundi**, Santo Ângelo, v. 1, n. 2, p. 89-100, 2020. <https://doi.org/10.46550/amormundi.v1i2.2> Acesso em: 13 de agosto de 2022.

COSTA, Áurea de Carvalho; RODRIGUES Robson da Silva. Imprescindíveis e silenciados: desvalorização dos professores e destituição da participação nas decisões políticas. **Revista USP**, São Paulo, n. 127, p. 41-52, 2020. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.i127p41-52> Acesso em: 10 de janeiro de 2023.

COSTA, Suelen Koboyashi. **Trabalho e a saúde das professoras das séries iniciais das escolas municipais de Três Lagoas**. 2023. 173f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2023. Disponível em: https://pesquisa.dados.unicamp.br/lattes/unidades/teses_e_dissertacoes_defendidas_doutorado/FE/%C2%A0%C2%A0Doutorado Acesso em: 2 de outubro de 2022.

DELORS, Jacques *et al.* **Educação um tesouro a descobrir**: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez, 1998.

DIEHL, Liciane; MARIN, Angela Helena. Adoecimento mental em professores brasileiros: revisão sistemática da literatura. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, Londrina, v. 7, n. 2, p. 64-85, dez. 2016. <http://dx.doi.org/10.5433/2236-6407.2016v7n2p64> Acesso em: 28 de abril de 2020.

DUARTE, Stela Mithá. A avaliação por ciclos de aprendizagem no ensino básico em Moçambique: entre tensões e desafios. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 13, n. 1, p. 33-47, jan./abr. 2018. <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.13i1.0002> Acesso em: 25 de novembro de 2022.

FARNACIO, Yvonne. *et al.* Are workplace psychosocial factors associated with work-related injury in the US Workforce? National Health Interview Survey, 2010. **Journal of Occupational and Environmental Medicine**, Elko Grove Village, v. 59, n. 10, p.e164-e171, 2017. <https://doi.org/10.1097/JOM.0000000000001143> Acesso em: 15 de maio de 2022.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**, 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRANCISCO, Jonas António. Precarização e intensificação do trabalho docente durante a pandemia: As condições materiais e tendências de proletarização em Moçambique. **Revista GESTO-DEBATE**, Campo Grande, v. 22, n. 29, p. 488-507, 2022. <https://doi.org/10.55028/gd.v6i01-24.17453> Acesso em: 11 de novembro de 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**, 6ª ed. São Paulo: Atlas.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **IV Censo Geral da População e Habitação de 2017**: resultados definitivos. Maputo: INE. Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/iv-rgph-2017/mocambique/censo-2017-brochura-dos-resultados-definitivos-do-iv-rgph-nacional.pdf/view> Acesso em: 18 de julho de 2020.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **Workplace stress: A collective challenge**. Genebra: ILO, 2016.

_____. **O ambiente favorável para empresas sustentáveis em Moçambique**: relatório final. Genebra: ILO. Disponível em:

https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_ent/documents/publication/wcms_731280.pdf Acesso em: 22 de fevereiro de 2022.

INDE. **Plano curricular do ensino primário**: objetivos, política, estrutura, plano de estudos e estratégias de implementação. Maputo: MINEDH, 2020.

KANAN, Lilia Aparecida; DRESCH, Jaime Farias. Ambiente, condições de trabalho e saúde de professores da educação básica. **Revista Gepesvida**, São José, v. 8, n. 19, 92-103, 2022. Disponível em: <http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/gepesvida> Acesso em: 9 de março de 2022.

LEKA, Stavroula; COX, Tom. **PRIMA-EF**: Guidance on the European Framework for Psychosocial Risk Management – A resource for employers and work representatives. Genebra: World Health Organization Protecting workers health series, n.9. WHO, 2008.

LOPES, Lusimar Araújo dos Santos. Estado de conhecimento sobre saúde mental dos professores na Educação Básica. **Revista Alembra**, Confresa-MT, v. 5, n. 10, p. 24-47, 2023. <https://doi.org/10.47270/ra.v5i10.570> Acesso em: 22 de agosto de 2023.

LUZ, Jaqueline Galleazzi da *et al.* Implicações do ambiente, condições e organização do trabalho na saúde do professor: uma revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 12, p. 4621-4632, 2019. <https://doi.org/10.1590/1413-812320182412.26352017> Acesso em: 29 de setembro de 2021.

MÁRIO, Mouzinho; MONJANE, Celos M.; SANTOS, Ricardo. O sector da educação em Moçambique: Do acesso à qualidade epistémica do ensino primário. United Nations University World Institute for Development Economics Research - **WIDER Working Paper 2020/130**, p. 13-19, 2020.

MARTINEZ, Maria Carmen; FISCHER, Frida Marina. Fatores psicossociais no trabalho hospitalar: Situações vivenciadas para desgaste no trabalho e desequilíbrio entre esforço e recompensa. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 44, n. e12, p. 1-12, 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/2317-6369000025918> Acesso em: 6 de outubro de 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. Rio de Janeiro: HUCITEC, 2014.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL E FUNÇÃO PÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. **Diploma Ministerial n. 49/2018, de 23 de maio de 2018** – define os critérios de operacionalização dos actos administrativos relativos à promoção, progressão e mudança de carreira no âmbito das medidas de contenção de despesa pública. Maputo: Boletim da República, I Série, número 101, 693-6, 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Diploma Ministerial n.º 46/2008 de 14 de maio**, aprova o Regulamento Geral do Ensino Básico. Maputo: MEC, 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO. **Estudo holístico da situação do professor em Moçambique**. Maputo: MINEDH, 2017.

_____. **Plano Estratégico da Educação 2020-2029**: por uma educação inclusiva, patriótica e de qualidade. Maputo: MINEDH, 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL. **Glossário temático da saúde do trabalhador do Mercosul**: comissão Intergovernamental de Saúde Ambiental e do Trabalhador. Brasília: Ministério da Saúde/Secretaria de Vigilância em Saúde/Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, 2014.

MOÇAMBIQUE. **Decreto n.º 75/2017, de 27 de dezembro de 2017** - aprova as medidas de contenção da despesa pública. Maputo: Boletim da República, I Série, Número 201, 2592-(1-4).

NETO, Hernâni Veloso. Estratégias organizacionais de gestão e intervenção sobre riscos psicossociais do trabalho. **International Journal on Working Conditions**, Porto, n. 9, p. 1-21, 2015. Disponível em: [https://moodle.unesp.br/pluginfile.php/43938/mod_resource/content/1/gesta%CC%83o%20dos%20riscos%20psicossociais%20\(003\).pdf](https://moodle.unesp.br/pluginfile.php/43938/mod_resource/content/1/gesta%CC%83o%20dos%20riscos%20psicossociais%20(003).pdf) Acesso em 2 de junho de 2021.

NIVAGARA, Daniel. Formação e o desenvolvimento profissional de professores: uma análise crítica da sua prática no contexto de Moçambique. **Revista EDUCAmazônia - Educação Sociedade e Meio Ambiente**, Belém, v. XI, n. 2, p. 23-39, jul-dez. 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4710478> Acesso em: 5 de outubro de 2023.

PEREIRA, José António. **Trabalho docente e sofrimento mental**: um estudo em uma escola pública do estado de São Paulo. 2015. 152f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2360742 Acesso em: 12 de maio de 2022.

PIMENTEL, Eliane França Pereira. **Riscos psicossociais do trabalho e transtornos mentais comuns em servidores de uma universidade pública**. 2022. 242f. Tese (Doutorado em Psicologia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/238301> Acesso em: 15 de outubro de 2023.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2021/2022 - Síntese**. PNUD, 2022. Disponível em: <https://hdr.undp.org/system/files/documents/global-report-document/hdr2021-22overviewpt1pdf.pdf> Acesso em: 20 de abril de 2022.

PULGAS, Eliana da Silva; SANTOS, Kionna Oliveira Bernardes. Agravos e incapacidades para o trabalho entre profissionais do ensino: análise dos registros oficiais no Brasil. **Cadernos de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 285-296, 2022. <https://doi.org/10.1590/1414-462X202230020400> Acesso em: 23 de agosto de 2023.

RAMOS, Michael Daian Pacheco. **Condições de trabalho docente de professores de escolas rurais do território Piemonte da Diamantina – Bahia**. 2020. 391f. Tese (Doutorado em Educação e Contemporaneidade), Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2020. <http://www.cdi.uneb.br/site/wp-content/uploads/2021/03/Michael-Daian-Pacheco-Ramos.pdf> Acesso em: 14 de maio de 2022.

REBOLO, Flavinês; BUENO Belmira Oliveira. O bem-estar docente: limites e possibilidades para a felicidade do professor no trabalho. **Acta Scientiarum Education**, Maringá, v. 36, n. 2, p. 323-331, 2014. <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v36i2.21222> Acesso em: 18 de junho de 2022.

ROQUE, Maria Gabriela Marchiori *et al.* Para além de uma vocação: sentido do trabalho para os professores da unidade escolar municipal Conveniada Belo Campo. **Revista Gestão & Conexões**, Vitória, v. 11, n. 2, p. 28-51, 2022. <https://doi.org/10.47456/regec.2317-5087.2022.11.2.36267.28-51> Acesso em: 8 de maio de 2022.

SANTANA, Daniely; BARBOSA, Valeria; MÁXIMO, Thais Augusta. Vida que segue em tempos de pandemia: A relação saúde e trabalho docente na Paraíba. **Trabalho (En)Cena**, Palmas, n. e022022, p. 1-23, 2022. <https://doi.org/10.20873/2526-1487e022022> Acesso em: 9 de março de 2023.

SANTOS, Roberta Duarte dos; CARNEIRO, Cristiana; OLIVEIRA, Adriana Rosmaninho Caldeira de. Mal-estar docente e não reconhecimento, palavras de professores de uma escola pública de Niterói. **Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq**, Belém, v. 16, n. 1, p. 569-589, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonica/article/view/11517/8318> Acesso em: 27 de fevereiro de 2023.

- SILVA, Everaldo Jose da; LIMA; Maria da Gloria; MARZIALE, Maria Helena Palucci Marziale. O conceito de risco e os seus efeitos simbólicos nos acidentes com instrumentos perfurocortantes. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 65, n. 5, p. 809-14, set-out. 2012. Acesso em: 11 de junho de 2019.
- SILVA, Fernanda Aparecida Oliveira; BARBOSA, Isabelle Ruiz Paggioro Sessino Toledo; NETO, Joaquim Ferreira da Cunha. Interfaces do trabalho docente com as mudanças da atualidade, comprometimento da saúde e a desvalorização profissional. **Estudos Interdisciplinares**, Florianópolis - SC, v. 5, n. 4, p. 364-381, 2023. <https://doi.org/10.56579/rei.v5i4.725> Acesso em: 5 de setembro de 2023.
- SILVA, Selma Gomes da. **Travessias entre a sala de aula e o consultório**: Trajetórias docentes, adoecimento e narrativas de sofrimento psíquico de professores. 2017. 488f. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/22463> Acesso em: 27 de fevereiro de 2022.
- SILVEIRA, Kelly Ambrosio *et al.* Estresse e enfrentamento em professores: uma análise da literatura. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.30, n. 4, p. 15-36, out.-dez. 2014. <https://doi.org/10.1590/S0102-46982014000400002> Acesso em: 25 de abril de 2021.
- SOUZA, Elizeu Clementino de; SOUZA, Gildison Alves de; RAMOS, Michael Daian Pacheco. Narrativas de professoras de escolas rurais e condições de trabalho: Modos de viver e dizer. **Trajectories Humanas Trascontinentales**, Limoges, n. 8, p. 1-16, 2020. <https://doi.org/10.25965/trahs.2835> Acesso em: 29 de dezembro de 2022.
- SOUZA, Farnay Vinícios Pinto. Adoecimento mental e o trabalho do professor: Um estudo de caso na rede pública de ensino. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v.21, n. 2, p. 103-117, 2018. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v21i2p103-117> Acesso em: 15 de fevereiro de 2023.
- TREVISAN, Karen Rayany Ródio *et al.* Revisão sistemática internacional sobre agravos à saúde mental de professores. **Avances en Psicología Latinoamericana**, Bogotá, v. 40, n. 1, p. 1-15, 2022. <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.7532> Acesso em: 28 de abril de 2023.
- UNESCO. **Revisão de políticas educacionais – Moçambique**. Maputo: MINEDH, 2019. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000371701> Acesso em: 30 de novembro de 2021.
- YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa**: do início ao fim. Porto Alegre: Penso, 2016.
- ZANELLI, José Carlos; KANAN, Lilia Aparecida (Org.) (2019). **Fatores de risco, proteção psicossocial e trabalho**: organizações que emancipam ou que matam (2ª ed.). Lages: EDUNIPLAC.
- ZUCULA, António Fernando. Qualidade da educação em Moçambique: Uma análise a partir dos indicadores educacionais. **Revista de Ciências Humanas e Linguagem**, Eunápolis, v. 2, n. 3, p. 189-204, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/abatira/article/view/11134#:~:text=Ao%20final%20de%20leituras%20e,de%20aulas%2C%20curr%C3%ADculo%20rico%20e> Acesso em: 2 de maio de 2023.

Recebido em: 15 de outubro de 2023.

Aprovado em: 05 de março de 2024.